

# **Avaliação da implementação de políticas públicas: epistemologias e perspectivas críticas para visibilizar as experiências cotidianas com as políticas e seus efeitos**

Oliveira, Breynner Ricardo de <sup>1</sup>

Fernandes, Natália Rigueira <sup>2</sup>

## **RESUMO**

O artigo é uma contribuição crítica ao campo da avaliação da implementação de políticas públicas. Refutando uma visão estadocêntrica, parte do princípio de que as trajetórias das políticas revelam contextos, culturas, valores, saberes e institucionalidades a partir dos territórios onde as políticas aterrissam e vivem. O texto resulta de estudos bibliográficos e problematiza a interação entre os burocratas que atuam na ponta e as pessoas utilizando o conceito de “guichês” de implementação e traz uma proposta epistemológica e metodológica que articula três dimensões analíticas: avaliação em profundidade, trabalho de natureza etnográfica e uso de narrativas. Ao dialogar com referências que dão centralidade às desigualdades, diversidades, contextos e a sabedoria local das pessoas – o alvo das políticas, cidadãos e cidadãs – em suas obras, o artigo analisa os efeitos produzidos pelas políticas e/ou programas públicos nas interações burocráticas, relações entre oprimidos e opressores, marginalidades e a insuficiência das categorias analíticas para avaliar sua implementação.

*Palavras-chave: políticas públicas; avaliação da implementação; trajetórias.*

**Evaluation of the implementation of public policies: epistemologies and critical perspectives to make every day experiences with policies and their effects visible**

## **ABSTRACT**

The article is a critical contribution to the field of evaluating the implementation of public policies. Refuting a state-centric view, it assumes that the trajectories of policies reveal contexts, cultures, values, knowledge, and institutions from the territories where policies land and live. The text is the result of bibliographical studies and discusses the interaction between bureaucrats who work at the front end and people using the concept of implementation “windows” and brings an

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Ouro Preto. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Economia Aplicada. Email: breynner@ufop.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8368917322952740>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0956-4753>.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Ouro Preto. Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Email: natalia.fernandes@ufv.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1175784090350008>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7760-7981>.

epistemological and methodological proposal that articulates three analytical dimensions: in-depth evaluation, ethnographic work, and use of narratives. By dialoguing with references that give centrality to inequalities, diversities, contexts and the local wisdom of people – the target of policies, citizens and citizens – in their works, the article analyzes the effects produced by policies and/or public programs in bureaucratic interactions, relations between oppressed and oppressors, marginalities and the insufficiency of analytical categories to evaluate its implementation.

*Keywords: public policies; evaluation of the implementation; trajectories.*

## **Evaluación de la implementación de políticas públicas: epistemologías y perspectivas críticas para visibilizar experiencias cotidianas con las políticas y sus efectos**

### **RESUMEN**

El artículo es una contribución crítica al campo de la evaluación de la implementación de políticas públicas. Refutando una visión centrada en el estado, asume que las trayectorias de las políticas revelan contextos, culturas, valores, conocimientos e instituciones de los territorios donde aterrizan y viven las políticas. El texto es el resultado de estudios bibliográficos y discute la interacción entre los burócratas que trabajan en la parte delantera y las personas utilizando el concepto de "ventanas" de implementación y trae una propuesta epistemológica y metodológica que articula tres dimensiones analíticas: evaluación en profundidad, trabajo etnográfico. y el uso de narraciones. Al dialogar con referentes que otorgan centralidad a las desigualdades, diversidades, contextos y saberes locales de las personas –objetivo de políticas, ciudadanos y ciudadanas– en sus obras, el artículo analiza los efectos que producen las políticas y/o programas públicos en las interacciones burocráticas, relaciones entre oprimidos y opresores, marginalidades e insuficiencia de categorías analíticas para evaluar su implementación.

*Palabras clave: políticas públicas; evaluación de la implementación; trayectorias.*

### **INTRODUÇÃO**



**Interterritórios** | Revista de Educação  
Universidade Federal de Pernambuco,  
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e258992 [2023]  
**Dossiê Pesquisas decoloniais: sujeitos**  
**"outros", práxis "outras"**  
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.258992>

*Um índio descerá de uma estrela colorida, brilhante, de uma  
estrela que virá numa velocidade estonteante.  
E pousará no coração do Hemisfério Sul, num claro instante.  
E aquilo que nesse momento se revelará aos povos.  
Surpreenderá a todos não por ser exótico  
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto  
Quando terá sido o óbvio.  
(Um Índio, Caetano Veloso)*

As políticas públicas são a representação material, objetiva e concreta da ação pública frente a problemas legitimamente reconhecidos. Também podem ser estratégias para efetivar direitos de cidadania e garantir a democracia. Há, então, duas grandes visões que regem esse campo de análise: a primeira, Estadocêntrica, considerada dominante, é aquela que parte do Estado em direção ao cidadão. Volta-se para as dinâmicas estatais e suas arenas, as regras do jogo, as normas, os processos burocráticos e legais. Nessa perspectiva, o cidadão conforma-se ao estado, às suas estratégias de operação e, conseqüentemente, às políticas públicas formuladas e implementadas. Espera-se, então, que as pessoas se enquadrem ao Estado e ao seu *ethos*.

A segunda, sociocêntrica ou orientada a partir dos cidadãos, avança nessa direção crítica e postula que as políticas públicas são instrumentos que dão visibilidade aos cidadãos e suas demandas, mobilizando seus cotidianos, seus territórios e suas culturas. As políticas públicas, portanto, passam a ter cara, voz, pele e sentidos. Conforme Santos (2000), também refletem as contradições do Estado e as tensões inerentes às dinâmicas sócio estatais.

Se essas duas visões regem o campo das políticas, também regerão o campo da avaliação de programas públicos. Reflexo dessas tensões, pesquisadoras e pesquisadores têm se posicionado diante da necessidade de “escutar”, “aceitar” e propor novas dimensões epistemológicas que sejam capazes de promover rupturas diante de processos estadocêntricos de avaliação de políticas, historicamente hegemônicos.

Rodrigues (2008), por exemplo, afirma que, do ponto de vista teórico-metodológico, as pesquisas no campo da avaliação de políticas públicas, tradicionalmente, se direcionaram majoritariamente para os resultados e os impactos. Ao interpelar o campo, a autora defende que a discussão crítica sobre políticas públicas tem tensionado o campo da avaliação, interessada em debater, questionar e colocar sob suspeita o pensamento hegemônico – dominante.

Esses movimentos, epistemológica e metodologicamente diversos, têm invertido o paradigma dominante e defendido a utilização de meios para que os sujeitos, suas experiências, suas culturas, seus saberes e suas cosmovisões sejam ouvidos. Gussi e Oliveira (2016) ressaltam a construção de um *ethos* epistemológico crítico e que considere as relações das políticas com os sujeitos sociais. Januzzi (2021), por sua vez, afirma que políticas públicas precisam atender demandas públicas e buscar soluções através de princípios e valores humanísticos.

Há, portanto, uma mudança radical no vetor de causação: uma visão crítica ou contra hegemônica sobre o campo da avaliação privilegia os territórios e os sujeitos e atores que nele coexistem e, a partir dessas relações cotidianas, avalia como as políticas públicas têm sido – ou não – capazes de incidir sobre suas vidas e a de suas famílias, como têm afetado suas experiências e como essas pessoas interpretam e traduzem o estado, por meio das interações mediadas pelos programas públicos. No caso deste artigo, nosso foco reside nas maiorias minorizadas: pessoas negras, LGBTQIA+, povos originários, pessoas das periferias, dos subúrbios, das margens; pessoas analfabetas, idosas, pobres, deficientes, marginalizadas e estigmatizadas.

Ao colocar uma lente nessas questões, a avaliação também revela como as políticas mobilizam seus valores, suas experiências, suas culturas e suas cosmovisões. Ancorados em Santos (1996; 2000), quando constrói uma epistemologia sobre os territórios, afirmamos que a ação pública também revela, consequentemente, conforme Offe (1984), Przeworski (2019), Fals Borda e Mora-Osejo (2007), Floresta (1989), Freire (1987; 2000), Fraser (2001), Quijano (1997), Gonzalez (1988), as contradições inerentes ao próprio Estado e sua lógica de produção e reprodução de desigualdades, estigmas e preconceitos nos territórios.

É nessa perspectiva que este artigo se inscreve, cujo objetivo é discutir a avaliação da implementação de políticas públicas em uma perspectiva contra hegemônica e, a partir de referenciais teóricos críticos que não são do campo da avaliação – textos literários e obras artísticas críticas e decoloniais –, propor elementos epistemológicos e metodológicos que problematizem e alarguem suas bases conceituais. Dialogamos com autoras e autores preocupados em denunciar, em seus textos, as desigualdades, os estigmas, as marginalidades e as opressões. Cada uma e cada um, a seu modo, defendem a autonomia, a

consciência crítica, os saberes, as experiências e visões das vozes historicamente silenciadas. Essas são as bases que ancoram esse artigo.<sup>3</sup>

Ao fazer essa discussão, o artigo parte da perspectiva crítica sobre o campo da avaliação e suas conexões com a avaliação da implementação de políticas, articulando-a com metodologias qualitativas, dentre as quais destacamos o trabalho de natureza etnográfica, a observação participante e o uso das narrativas. Para oferecer essa abordagem metodológica interpretativa da avaliação de políticas, o artigo assume que é importante considerar e incorporar a interação das classes populares com o Estado, por meio do conceito de *guichês*, formulado por Péguy (1907)<sup>4</sup> e aprofundado por Dubois (2019) e utilizado por Fernandes e Oliveira (2022). Ao analisar o processo de interação das pessoas de camadas populares com os guichês, compreendendo o processo de implementação e as interações que ocorrem nos dois lados, visibilizam-se as trajetórias dos sujeitos, suas agendas, interesses e suas experiências com as políticas públicas nos guichês de implementação. As vozes dessas pessoas importam e devem sair das margens das avaliações e ocupar seu centro.

Além da Introdução e das Considerações finais, o artigo está organizado em três seções. Aliada à ideia de que é importante discutir as classes populares e sua relação com o Estado, a primeira apresenta uma breve reflexão sobre as interações burocráticas e seus possíveis efeitos nas experiências dos sujeitos envolvidos em ambos os lados dos guichês da implementação de políticas. A segunda seção articula essa discussão com os efeitos produzidos no processo de implementação de políticas. A seção sustenta a tese de que o campo da avaliação deve ampliar sua análise para os contextos, os sujeitos sociais envolvidos e a necessidade de estabelecer espaços de interlocução e escuta dos sujeitos que interagem nos guichês. A terceira apresenta uma proposta avaliativa epistemológica e metodológica mais interpretativa – o trabalho de natureza etnográfica, a observação participante e o uso de narrativas. A seção analisa como tais abordagens e estratégias podem oferecer alternativas e caminhos mais profícuos e úteis aos pesquisadores e avaliadores interessados em utilizar perspectivas capazes de arejar o campo a partir das experiências das pessoas – cidadãos e cidadãs.

<sup>3</sup> Para provocar as pessoas interessadas no artigo, preferimos que tais referências, autoras e autores, sejam explicitadas ao longo do texto, à medida que as discussões as/os convocarem.

<sup>4</sup> Charles Péguy (1907) descreve o guichê como um “pequeno dispositivo de governo” que opera a política a favor da estratificação social. O guichê, ponto de encontro e interação social, revela as desigualdades entre a autoridade pública e sua ação sobre o pobre. A dimensão política do guichê é uma burocracia desvelada que atua através de critérios voltados para a padronização e regulação dos comportamentos – os “guichês discriminantes”.

## **Uma visão crítica e contra hegemônica sobre o campo da avaliação e suas conexões com a implementação de políticas: territórios, cotidianos, guichês e a manipulação da ordem social da ação pública**

Scriven (2019), no livro *Avaliação: um guia de conceitos*, revisa os conceitos de avaliação a partir de uma concepção clássica ou convencional do ato avaliativo. Ao confrontar as diversas definições, constata-se que as premissas de uma avaliação de políticas ou programas se estabelecem a partir do contraponto dos resultados alcançados com os objetivos inicialmente pretendidos. Para isso, a vasta literatura hegemônica, induzida pela visão liberal propagada pelos governos, agências multilaterais e de financiamento sobre avaliação de políticas, postula que os resultados ou impactos da política ou programa sejam mensurados a partir de indicadores previamente estabelecidos para este fim. No caso da avaliação da implementação, o foco reside, em linhas gerais, na gestão das rotinas, dos processos e dos recursos, no monitoramento dos indicadores e nas correções de rota que derivam dessas dinâmicas.

Embora ainda pouco ampliada no Brasil e nos países do Norte e Sul Global, a discussão sobre uma avaliação que extrapole o caráter metodológico convencional de ações determinadas voltadas para demandas específicas tem crescido. O projeto *Indigenous Voices*, liderado pelo grupo *EvalIndigenous*<sup>5</sup>, apoiado pela iniciativa *EvalPartners*<sup>6</sup>, pretende impulsionar o uso de diferentes abordagens para proporcionar avaliações culturalmente sensíveis, inclusivas e voltadas para o bem-estar da comunidade, bem como para o desenvolvimento físico, mental, emocional e espiritual de indivíduos, famílias e comunidades.

Oliveira (2023), ao entrevistar a avaliadora boliviana e aymara Martha Lanza, abre espaço para essa discussão na Revista da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação<sup>7</sup>. Profissional que tem se dedicado a responder às necessidades de populações mais excluídas através de uma prática avaliativa decolonial, Lanza expõe suas perspectivas em torno do *Vivir Bien* e suas

---

<sup>5</sup> As raízes de *EvalIndigenous* fornecem as teorias e métodos críticos tribais e indígenas, bem como as distinções legais e políticas de povos indígenas e tribos/primeiras nações, e a parceria compartilha como a avaliação é feita “por nós e para nós”. Cf. *EvalIndigenous*: BOWMAN-FARRELL, N. R., & BREMNER, L. (2020). *EvalIndigenous* origin story: Effective practices within local contexts to inform the field and practice of evaluation. *Canadian Journal of Program Evaluation*, 34(3).

<sup>6</sup> Mais informações sobre o *EvalPartners* podem ser encontradas no site: <https://ioce.net/about-us/evalpartners/>

<sup>7</sup> O site da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação pode ser acessado em: <https://rbma.site/>



implicações para o pensamento decolonial. O novo paradigma do *viver bem* dá centralidade às cosmovisões das pessoas, suas culturas, seus saberes e suas conexões com o planeta e seus ancestrais, reconhecido na Constituição do Estado boliviano.

Nessa direção, o debate também incorporou uma perspectiva processual e cotidiana das políticas, destacando-se a importância de se avaliar, também, a implementação de políticas ou programas e seus efeitos e, portanto, como tais questões afetam os resultados da ação pública. Segundo Oliveira, Oliveira e Coelho (2022) a avaliação tem como finalidade a produção de evidências que permitam aos sujeitos refletir sobre a ação pública para, assim, intervir na realidade que passa a ser reconfigurada pela política e coloca em interação e articulação os atores sociais que formam esse campo.

Lejano (2011) apresenta uma visão menos asséptica sobre a avaliação de políticas, ampliando, metodologicamente, o olhar sobre o campo – a avaliação em profundidade. O mesmo autor amplia o convite para que a avaliação seja um processo participativo de abordagem experiencial já que precisam ser levados em conta o contexto e a complexidade nos quais elas se configuram, além da potencialidade de propor que o avaliador se preocupe em “estar lá”, no território (Geertz, 1978). Lejano (2011) também defende que as experiências dos sujeitos diante das políticas e do Estado sejam explicitadas através da pesquisa etnográfica e da busca pela trajetória da política e pela trajetória dos sujeitos.

Recomendando um olhar cético e crítico para avaliações que priorizam a formulação das políticas, seus objetivos oficiais e modelos universais aplicados em contextos particulares e heterogêneos, Rodrigues (2008) enfatiza que a antropologia e as abordagens interpretativas – o método etnográfico – são relevantes e potentes, razão pela qual defende que tais estratégias sejam privilegiadas para se compreender os sujeitos e seus territórios. A autora questiona, então, a avaliação exclusivamente como medida.

Gussi e Oliveira (2016), Oliveira (2021) e Oliveira, Alves e Fitcher (2022) discutem sobre a importância da noção de trajetória e os contextos nos quais os sujeitos estão inseridos, caracterizando-a como referencial metodológico estratégico para a compreensão dos processos sociais, revelando dimensões históricas, coletivas e sociais e os resultados e efeitos gerados pela implementação. Sob a mesma perspectiva, Oliveira e Peixoto (2021) enfatizam a importância de considerar as populações às quais são destinadas as políticas e os implementadores que operam na ponta como atores estratégicos. É nesse sentido que os guichês são centrais para se compreender essa relação, a partir dos cotidianos das pessoas em suas interações com o Estado. Para tal, é

preciso considerar quem são os sujeitos envolvidos, seus territórios, trajetórias, crenças, valores, experiências, culturas e cosmovisões.

Mais do que isso, segundo Boulosa, Oliveira, Araújo e Gussi (2021), é preciso compreender as políticas públicas como um exercício orientado por valores, desde sua concepção até sua implementação, quando serão traduzidas e interpretadas pelos sujeitos que se encontram nos guichês. Assim, ao pensar o processo de implementação, deve-se levar em consideração os aspectos que permeiam esse processo, como, por exemplo, quem são os sujeitos que se relacionam nos guichês.

Segundo Dubois (2020), o guichê é o lugar ou “janela” através da qual o Estado, que está do “lado de dentro”, se comunica com o cidadão através de suas “ajudas”, serviços e subsídios, ou mesmo por meio de um “indicador de mudanças que afetam os usuários” da política. Em *O Burocrata e o Pobre*, Dubois (2018) afirma que os burocratas não são uma mera encarnação das normativas definidas pelas instituições. Suas trajetórias sociais definem a maneira como vão encarnar um rol administrativo. Seu foco de análise se encontra, então, nos receptores das políticas e sua preocupação é que não sejam meros receptores passivos da dominação imposta pelas interações burocráticas. O autor critica a lógica estadocêntrica e parte da perspectiva dos cidadãos que se relacionam e interagem entre si e com as políticas. Os guichês são dotados de uma dimensão física e, sobretudo, política e simbólica, tornando-se um *dispositivo* de governo.

Essa questão é retratada no premiado filme *I, Daniel Blake*, lançado em 2016.<sup>8</sup> O filme retrata a saga de Blake, um trabalhador inglês de 59 anos que sofreu um infarto, nos entremeios dos guichês, dos processos burocráticos e dos sistemas de gestão do estado inglês para conseguir receber um benefício social concedido pelo governo. Sua luta em buscar alternativas diante do “sistema” ao qual é submetido expõe as experiências dos cidadãos diante da garantia de seus direitos sociais.

Em *Cartas ao Presidente Lula*, Cohn (2012) também mostra como os guichês operam na interação entre os cidadãos que recebem o programa Bolsa-Família e a burocracia pública brasileira. O livro publica diversas cartas escritas por essas pessoas ao presidente Lula, na esperança de que o Presidente da República pudesse ajudá-los a vencer os entraves encontrados ao longo da trajetória de implementação do programa, nos territórios. Tanto o filme quanto o livro evidenciam como os cidadãos traduzem e percebem o estado e como transitam, corriqueiramente, pelos dispositivos do governo que,

---

<sup>8</sup> “Dirigido por Ken Loach e escrito por Paul Laverty, o filme, estrelado por Dave Johns, foi premiado com Palma de Ouro no Festival de Cannes de 2016.



de acordo com Dubois (2019), marcam a separação e encontro dos cidadãos com o Estado.

Essa dinâmica, que tem grande influência sobre o serviço público e sobre os implementadores de políticas, potencializa a ação discricionária dos burocratas de rua, conforme explica Lipsky (1980). A margem de atuação dos burocratas que atuam na ponta pode levar ao que a Sociologia do Guichê francesa chamou de *guichês discriminantes* (PÈGUY, 1907). Ao tratar dessa questão, Dubois (2020) analisa o que chama de política em ação, quando a política passa a ser “encarnada” pelos sujeitos que interagem entre si, mostrando tensões e conflitos que surgem a partir da encarnação do Estado nos burocratas de rua e suas dinâmicas de interação com os usuários dos serviços. Mulheres atendidas por programas sociais, podem ser estigmatizadas pelos profissionais que as atendem, em função de sua condição; pessoas pobres podem ser constrangidas pelas regras burocráticas em função de serem analfabetas; pessoas negras podem ser inferiorizadas em função da cor, dentre tantos outros exemplos.

Dubois (2019) também afirma que as políticas de guichê, tecidas nas relações interacionais entre os burocratas e sujeitos de camadas populares, comportam a capacidade de fazer com que os direitos dos sujeitos sejam dificultados, criando um aspecto de “política de fachada” através de “truques burocráticos”. O que torna o trabalho de Dubois relevante e, para os fins deste artigo, crítico à visão dominante, é que o pesquisador percebeu que o conceito de guichê, que extrapola o caráter físico de uma mesa ou janela de atendimento para uma ação política, deve ser estudado a partir das relações cotidianas que se processam nos territórios e sobre como os cidadãos construíram suas percepções sobre o estado.

Para isso, Dubois elege a etnografia e a observação participante como estratégias metodológicas para acessar o campo. O autor recorre a Goffman (1982) para explicar, através do conceito de ordem interacional e suas relações com as estruturas sociais, como uma interação desigual e silenciosa pode reproduzir as desigualdades sociais. Ao articular essa ideia com o conceito de guichês, Dubois afirma que as relações entre os sujeitos que estão do lado de dentro dos guichês e os sujeitos que se encontram “fora” podem ser potencialmente discriminantes. Bourdieu (2002), através dos conceitos de *violência simbólica* e *interiorização de normas e regras administrativas*, explica que os sistemas simbólicos, configurados nas interações, funcionam como instrumento de dominação.

A perspectiva apresentada acima se entrelaça com as pesquisas de Auyero (2011), que afirma que as classes populares podem se tornar “pacientes”

do Estado e ter seus corpos e almas governadas, hábitos e comportamentos moldados diante da dependência dos benefícios do Estado. Ao discutir os aspectos pedagógicos e suas práticas opressoras, Paulo Freire (1987) dialoga com essas questões quando constrói pressupostos teóricos para o campo da educação, mas que o ultrapassam. Ao mobilizar o conceito de *Pedagogia do Oprimido*, Freire provoca uma mudança epistemológica radical porque dá centralidade às relações opressoras, o que é muito pertinente e similar com as proposições de Auyero (2011).

Para Freire (1987), quando instaurada uma situação de violência ou opressão (leia-se os corpos moldados diante da dependência dos benefícios do Estado), se produz uma dinâmica em que opressores e oprimidos se tornam reflexo da opressão que atinge a sociedade é produzido. Sobre os opressores, o autor reforça que provêm de uma consciência possessiva do mundo e dos homens, já que detém bens, meios de produção e conhecimento como objeto de seu comando. Nesse artigo, ampliamos nosso olhar para a obra de Freire no escopo de aprofundar a compreensão da interação entre os sujeitos nos guichês e, também, do lugar de poder e subordinação que tais sujeitos podem assumir através dessa interação, promovendo a opressão e a imobilidade dos papéis sociais.

Ao estudar os conceitos de Goffman e as interações entre os sujeitos, Dubois (2012) desenvolveu a hipótese de que, mesmo em tempos de “recuo” do Estado, as instituições públicas não se enfraqueceram e têm desempenhado um papel marcante na vida da população pobre<sup>9</sup>. O autor também destaca a tendência de responsabilização dos indivíduos ou de individualização, que atribui subsídios aos sujeitos não por causa de um direito estabelecido, mas depois da avaliação de situações individuais.

De acordo com Dubois (2020), os mais pobres são aqueles que experimentam a versão burocrática da dominação social, criando o que ele chama de “regulação do pobre” através das políticas que são mediadas no guichê. O guichê, portanto, “não é apenas o ponto de contato necessário entre as políticas e as populações por elas visadas” (as políticas no guichê); ele constitui, também, o lugar em que repousa o modo de operação de uma

---

<sup>9</sup> Ainda que não seja o escopo deste artigo, essa é uma questão que, para o caso brasileiro, exigirá da Academia esforços de pesquisa que poderão, hipoteticamente, enfraquecer o argumento de Dubois, especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. O livro organizado por Gomide, Silva e Leopoldi (2023), *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*, é uma excelente contribuição para o debate. Acesso em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11939>

intervenção pública que tem o objetivo de regular essas populações (as políticas do guichê)”.

Cabe observar que o conceito de regulação do pobre parte de uma premissa: a manipulação como política no guichê. Tal premissa tem similaridade com o discurso de Freire (1989) sobre as elites dominadoras que agem tentando conformar as classes populares e seus objetivos pessoais, deixando-se manipular por um grupo que pretende que seus interesses não se esgotem. Segundo esse autor, não se pode, a não ser ingenuamente, esperar resultados positivos de um programa, seja num sentido mais técnico ou de ação política, se, desrespeitando a particular visão de mundo que tenha ou esteja tendo o povo, se constitui uma espécie de invasão cultural.

A ação pública, configurada através dos guichês da implementação e das interações entre os sujeitos que fazem parte desse processo, precisa ser analisada através de uma ótica que considere a possibilidade das premissas da desigualdade e da ausência de neutralidade de interesses. Assim como as intervenções públicas podem estar submersas no objetivo de regular a população, as experiências desses sujeitos nos guichês precisam ser reveladas. Mais do que isso, devem servir de alerta para recomendações contundentes aos decisores e membros do baixo, médio e alto escalão de governo, já que são efetivamente capazes de promover a reprodução social e o enrijecimento e agravamento das desigualdades, exatamente o que as políticas, oficial e supostamente, esperam mitigar. Logo, urge inverter as lógicas e pensar as políticas, sua implementação e, claro, as avaliações a partir de uma mirada a partir das pessoas – sociocêntrica.

### **Por uma perspectiva crítica da avaliação [da implementação] e seus efeitos**

Nos últimos anos tem sido crescente o conjunto de pesquisadores que têm se debruçado sobre as dinâmicas internas do Estado, sobre a atuação dos implementadores, sobre os processos que permeiam as interações e sobre os efeitos associados à implementação de políticas públicas. No Brasil, o avanço desse debate se deu a partir dos escritos de Lipsky (1980) e – sua análise das políticas a partir da atuação dos burocratas que atuam na ponta – os burocratas de nível da rua, partindo de uma visão de baixo para cima. Nessa perspectiva, os agentes implementadores são dotados de discricionariedade, influenciando os resultados das políticas. Sobre esse aspecto, Pires (2017) afirma que a atitude interpretativa e os efeitos provocados pela implementação por meio das

interações para a conformação cotidiana das políticas públicas ainda são pouco aprofundadas no contexto brasileiro.

A partir da perspectiva de que a implementação e/ou que avaliação da implementação carece de aprofundamento, Oliveira, Oliveira e Coelho (2022) apresentam um conjunto de dimensões (subjéctivas, organizacionais e objectivas) que podem ser analisadas e utilizadas como indicadores para se analisar e avaliar a implementação de um programa ou política. Tais indicadores ou dimensões dão centralidade aos atores, suas práticas, seus territórios e a governança da política, com foco em alguma questão específica ou de maneira integrada, transversalmente, conforme disposto na Figura 1.

**Figura 1: Avaliação da Implementação a Partir de Dimensões Articuladas**



Fonte: Oliveira, Oliveira e Coelho (2022).

A figura 1 ilustra uma proposta de avaliação da implementação a partir das múltiplas e integradas dimensões que estão presentes na trajetória da política. Sob essa ótica, é possível observar que, mesmo que marcos regulatórios ou manuais sejam documentos institucionais relevantes para a compreensão de um programa ou política, os atores, sua interação e seus aspectos simbólicos atuam como “um conjunto de outras fontes que devem fazer parte do repertório do processo avaliativo e que estão diluídas na dimensão simbólica ou subjetiva dos aspectos informais e cotidianos que permeiam a dimensão institucional” (OLIVEIRA, OLIVEIRA e COELHO, 2022, p. 8).

Segundo Arretche (2001), a implementação pode alterar o curso de ação das políticas a partir do momento em que combina decisões de diferentes agentes, em níveis e camadas de atuação diferentes. A interação que ocorre entre os agentes e destinatários pode provocar mudanças substanciais na política ou programa que foi concebido em função das prioridades, dos valores, da influência e das percepções dos implementadores. Através dessa compreensão, pode-se discutir sobre uma “avaliação menos ingênua”, já que, muito além de caracterizar o sucesso ou fracasso de uma política em uma postura finalística – orientada para os resultados e os impactos –, é preciso compreender que o itinerário da política pode fornecer subsídios para que uma avaliação mais crítica seja possível.

Sob a mesma perspectiva, Oliveira (2019) afirma que o campo de avaliação de políticas, ainda voltado para uma visão estadocêntrica e liberal que privilegia avaliações de resultados e de cunho econômico-econômico, secundariza e invisibiliza os agentes e destinatários das políticas como sujeitos sociais. Oliveira (2020) atribui ao itinerário da política ou a centralidade do processo de implementação o conceito de trajetória da política, compreendendo as dinâmicas das políticas públicas, suas múltiplas representações e sentidos até que cheguem aos cidadãos, em seus territórios. Com o conceito de trajetória, o autor fornece um referencial teórico e metodológico para se compreender a implementação da política a partir de uma perspectiva crítica.

Através de uma discussão profícua sobre conhecimento local no sul da Ásia, Zaveri (2022) demarca a importância de se considerar, por exemplo, a cosmovisão dos povos locais nas evidências e práticas avaliativas, ainda pouco utilizados ou ausentes nas avaliações uma vez que o padrão-ouro no campo é definido pelo Norte Global. Ao propor outra perspectiva avaliativa a partir das *indigenous voices*, os autores, que enfatizam o crescimento orgânico dos campos de avaliação no Sul Global, relatam seu esforço em produzir uma avaliação outra que considere as desigualdades e diversidade de sua população, reforçando que a avaliação pode fazer diferença no cotidiano das pessoas e não apenas incidir sobre os resultados de uma política ou programa para serem colocadas em estantes empoeiradas ou atender às necessidades de um financiador externo.

A ideia é que a avaliação possa contribuir para uma sociedade igualitária e tensionar as dinâmicas de poder existentes. Sob essa mesma perspectiva, Fiona Cram (2012), pesquisadora da Nova Zelândia, analisa as dinâmicas de poder e desigualdades por trás das intervenções políticas e oferece, através da metodologia *Kaupapa Maori* (por Maoris, para Maoris), uma metodologia de



avaliação inclusiva com foco voltado para extinção da desigualdade e marginalização dos povos originários.

Bagele Chilisa (2012), avaliadora de Botsuana sobre metodologias avaliativas voltadas para povos indígenas, também tem manifestado seu esforço em desenvolver metodologias que priorizem contextos culturais e comunitários. No Brasil, Gussi e Oliveira (2016), Boullosa *et al* (2021), Oliveira (2019), Oliveira (2020), dentre outros, problematizam a discussão sobre o campo da avaliação anunciando uma arena crítica de investigação que propõe a ruptura de uma visão ortodoxa da atividade avaliativa.

Ainda que tratem de questões distintas, apesar de convergentes, os autores reiteram que a técnica ou os métodos são apenas uma parte dos atributos que devem ser considerados no processo avaliativo e que o processo avaliativo deve considerar outras dimensões como as percepções, os contextos, as conjunturas, os valores, as agendas e os interesses dos atores institucionais, dos grupos e dos sujeitos sociais envolvidos. Essa é, portanto, uma discussão ampliada e densa, circunscrita à economia política da avaliação. Assim como na agenda defendida pelos avaliadores no sul da Ásia, aqueles autores advogam que, face a uma crescente agenda dominante que tem capturado o debate e restringido às avaliações a procedimentos regulatórios e prescritivos no Brasil e na região, urge dar visibilidade ao ato de avaliar desde a América Latina, mobilizado por um movimento contra hegemônico ou de um campo crítico, reflexivo e posicionado de avaliação comprometido com essa agenda.

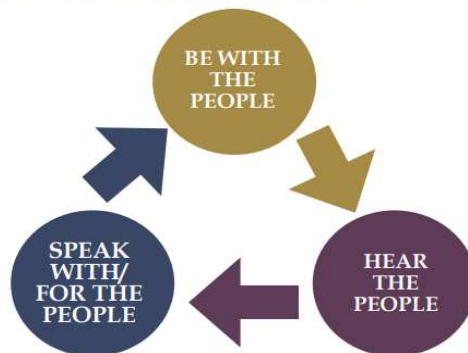
Zaveri (2022), ao escrever sobre a importância do uso da sabedoria local para o “mundo descolonizado”, defende a legitimação do uso de tal atributo enquanto um paradigma para concepções de políticas ou programas, intervenções e avaliação. A autora, que faz sua discussão a partir do contexto do Sul da Ásia, também reconhece visões de mundo dominantes no campo da avaliação e indica que profissionais dos territórios podem ser capazes de fazer avaliações pautadas em conhecer, sentir e compreender culturas e contextos através de métodos e ferramentas adaptados e estes contextos.

A Figura 2 apresenta essa visão, que valoriza três aspectos importantes para a pesquisadora e que podem ser úteis para o debate que estabelecemos a partir de uma avaliação crítica: *be with the people* (estar com o povo), *hear the people* (ouvir o povo) e *speak with/ for the people* (falar com/para o povo). O primeiro aspecto diz respeito ao conhecimento do contexto e das microculturas. Sobre a complexidade do contexto, Zaveri (2022) afirma que estar com as pessoas pode envolver uma atividade regada de incertezas e vulnerabilidades, mas, ao mesmo tempo, tem a capacidade de auxiliar na compreensão da



dinâmica subjacente, interações e estruturas de poder, que se entrelaçam para criar certo equilíbrio ou harmonia. Em entrevista a Oliveira (2023), Martha Lanza também trata dessas questões a partir das cosmovisões dos povos originários.

**Figura 2: Operacionalização dos valores de avaliação**



Fonte: Zaveri, 2022.

Diante dessa perspectiva, é imperativo que os contextos façam parte das discussões do campo da avaliação, principalmente quando afirmamos que a avaliação da implementação deve ser incluída na agenda. Lejano (2012), ao discutir as estruturas hegemônicas presentes no campo da avaliação, explica que há um hiato entre texto e contexto. Para o autor, as políticas costumam ser avaliadas de forma descontextualizada do “chão” onde pisam as pessoas que interagem no processo de implementação e vivenciam as experiências com os programas e com o próprio Estado.

Ao avançar nessa discussão, Oliveira, Alves e Fitcher Filho (2022) afirmam que os contextos são decisivos para compreensão das dinâmicas que são estabelecidas na longa cadeia de processos de tomada de decisão que podem mudar os resultados de um programa ou política. Os autores defendem que os contextos produzem alterações que trazem conformações não lineares às políticas que são materializadas nos territórios, cotidianamente.

A compreensão dos contextos e das dinâmicas e experiências dos sujeitos que interagem ao longo da trajetória da política é uma forma de fazer com que as culturas, as subjetividades e as cosmovisões sejam consideradas e que efeitos e/ou opressões do processo de implementação sejam revelados. O atributo “estar com o povo” pode ser articulado, dialogicamente, com a discussão sobre colonialidade do poder, formulada por Aníbal Quijano (1997). O

sociólogo peruano explica que a colonialidade, que não desaparece com a independência de países que foram colonizados, opera a partir de padrões estabelecidos em relações de poder, ignorando conhecimento local e experiências de populações que sofreram, historicamente, a naturalização das hierarquias raciais, culturais e de gênero. Segundo o autor, a resistência a esse modelo é chamada decoloniedade. Da mesma maneira, o saber pode ser descolonizado e este aspecto aponta para o mesmo debate que temos defendido neste artigo: o olhar para a sabedoria local, contextos, interações e culturas para pensar o campo da avaliação e a avaliação da implementação de políticas ou programas.

O segundo aspecto proposto por Zaveri (2022) compreende ouvir as pessoas. Tal postura é relevante justamente porque chama a atenção para o processo de implementação e porque impõe ao pesquisador a responsabilidade de estar no campo de forma ativa. Para a autora, ouvir as pessoas é um atributo que envolve ouvir, ver, sentir, provar, cheirar, ou seja, o uso intuitivo dos sentidos, entendendo o que as pessoas dizem, não dizem e o significado do silêncio.

Representando uma literatura de importância expressiva para a experiência etnográfica, Geertz (1991) desenvolveu a *Antropologia Interpretativa*, que compreende a leitura das sociedades como textos ou como analogias a textos. O autor escreve sobre a habilidade de penetrar (ou ter sido penetrado por) uma outra forma de viver, realmente “estando lá” diante de uma outra cultura. Para ele, o pesquisador em trabalho de natureza etnográfica precisa despir-se de suas classificações de mundo para incorporar a visão de mundo dos sujeitos sociais.

A habilidade de “estar lá” e “ser penetrado por” uma realidade ou cultura para *ouvir as pessoas* é o que defendemos, amparados em estudos desenvolvidos por pesquisadores preocupados com as populações pobres e historicamente excluídas. O debate sobre a avaliação da implementação de políticas emerge justamente diante dessa perspectiva, a partir do momento em que tensiona os efeitos produzidos em um processo muito mais revelador de resultados do que a atividade analítica de produzir resultados finalísticos, a partir de olhares avaliadores externos e “separados” da realidade. O fato é que essa interação se dá entre grupos com poder desigual, como já definiu Dubois (2020) quando trata dos guichês discriminantes.

Patricia Hill Collins (2016) propôs o conceito de *outsider within* (*Forasteira de dentro*) para caracterizar mulheres negras que se encontram dentro de determinados espaços ou configurações, como outsiders, denunciando

anomalias presentes na posicionalidade de mulheres negras na matriz de dominação. Mesmo que Collins mobilize o conceito de *outsider within* no campo da Sociologia, ele pode ser estendido ao debate de outras áreas do conhecimento, como esse no qual propomos uma postura crítica para avaliação da implementação de políticas. Dessa forma, conversando com o atributo de ouvir as pessoas de Zaveri (2022), nos posicionamos na tentativa de não tecer uma relação desigual, estigmatizante, produzindo *outsiders within* para estabelecer um olhar avaliativo sobre as políticas a partir de quem está dentro.

O último atributo recomendado por Zaveri (2022) enfoca *falar com/para o povo*. A autora presume que, para descolonizar a prática de avaliação, é preciso conceber uma avaliação centrada nas pessoas através da postura que denomina como “estar junto”, similar a postura de “estar lá”, de Geertz (1998), com a preocupação de ouvir a sabedoria local. Importa observar que, a partir da premissa que envolve “estar junto”, critica-se a postura hermética entre pesquisadores/avaliadores e a população, valorizando suas culturas e saberes.

Ouvir a população e valorizar suas experiências, compreendendo sua realidade de exclusão vai ao encontro do pensamento de Lélia Gonzalez (1988) sobre a descolonização do saber e a produção de conhecimento. Ao escrever sobre a exclusão das mulheres no Brasil, principalmente negras e indígenas, confrontando paradigmas dominantes, a intelectual e feminista negra inaugurou a proposição de descolonização do saber e da produção de conhecimento a partir do questionamento da insuficiência das categorias analíticas das Ciências Sociais para explicar a realidade das mulheres negras no país.

O ato de *falar com/para o povo*, aliado a preocupação de “estar junto” e ouvir a sabedoria local converge com o uso das narrativas, definido por Jovchelovitch e Bauer (2000) e Maynard Moody e Musheno (2003) como uma estratégia metodológica que permite a compreensão sobre como os sujeitos vivenciam e interpretam os processos, trazendo à tona suas experiências, identidades e subjetividades.

A *Queda do Céu*, livro escrito por Davi Kopenawa e Bruce Albert em 2015, também se situa nessas perspectivas, de maneira ainda mais radical. Recheada de visões xamânicas e meditações etnográficas sobre os brancos, a obra é um portal para um universo complexo e revelador. Os autores fornecem, detalhadamente, cosmovisões e evidências poderosas para questionar a noção de progresso e desenvolvimento defendida por aqueles que os Yanomami chamam de “povo da mercadoria”. Assim, perguntamos: como os avaliadores serão capazes de compreender o cotidiano das políticas públicas sem levar em conta as cosmovisões, os saberes, as culturas e as dinâmicas locais? Como,

então, poderão avaliar se não forem capazes de entender como esses aspectos impactam na política ou programa que está sendo implementado?

Toda essa preocupação em ampliar o debate do campo da avaliação em busca de uma compreensão que ultrapasse sua concepção finalística torna-se necessária diante do olhar mais criterioso que tem partido de diversos pesquisadores sobre a relevância do processo de implementação das políticas. Os argumentos apresentados pela comunidade científica, que tem se debruçado sobre as comunidades locais, seus territórios, seus contextos, suas culturas e sua sabedoria local são fortalecidos pela presença real dos estigmas e desigualdades nas interações burocráticas que fazem parte do processo decisório das políticas.

Há que se retomar Milton Santos (1996; 2000). Os decisores, ou seja, agentes que, por sua atitude discricionária, formulam e disponibilizam as políticas, podem atuar, principalmente diante de populações em vulnerabilidade econômica e social como agentes de manutenção ou reprodução das desigualdades também podem atuar como reprodutores da invisibilização ou apagamento desses grupos – as majorias minorizadas que constroem suas vidas e cotidianos nos territórios.

### **Uma proposta epistemológica-metodológica para avaliações críticas da implementação: experiências, narrativas e cotidianos**

O campo da avaliação é marcado por relações de poder que hierarquizam o campo em uma relação centro-periferia. Gussi e Oliveira (2016) e Boullosa *et al* (2021), ao problematizarem os enfoques de avaliação na busca de uma compreensão da ação das políticas em diferentes contextos, afirmam que o processo de avaliação de políticas foi intimamente influenciado pelos organismos internacionais diante da reforma do Estado e das premissas da Nova Gestão Pública.

Em uma lógica estadocêntrica, essa forma de avaliar a ação do Estado para que o próprio Estado mapeie os resultados de sua ação, nos moldes da gestão pública, é aderente à agenda liberal. Com o questionamento dos parâmetros avaliativos definidos por modelos prontos e insensíveis à realidade brasileira [e latino-americana] e no nível local, nos territórios, os autores propõem novos paradigmas contra hegemônicos para o campo da avaliação de políticas, através de uma perspectiva multidisciplinar. A proposta é olhar para os diferentes sujeitos que compõem o cenário das políticas públicas através de

novas bases epistemológicas, da abordagem antropológica e da avaliação em profundidade.

Assim como o uruguaio Joaquín Torres-Garcia, com seu icônico desenho *América Invertida* (1943), os autores advogam a ruptura e a inversão de paradigmas, defendendo avaliações padrão-barro como alternativas e possibilidades para as avaliações padrão-ouro. Ao demarcarem essa posição, também reforçam o argumento de que as avaliações sejam mais ancoradas nos valores, nas subjetividades e nos contextos locais, além de ressaltar a dimensão política da avaliação como garantidora dos direitos de cidadania e da democracia.

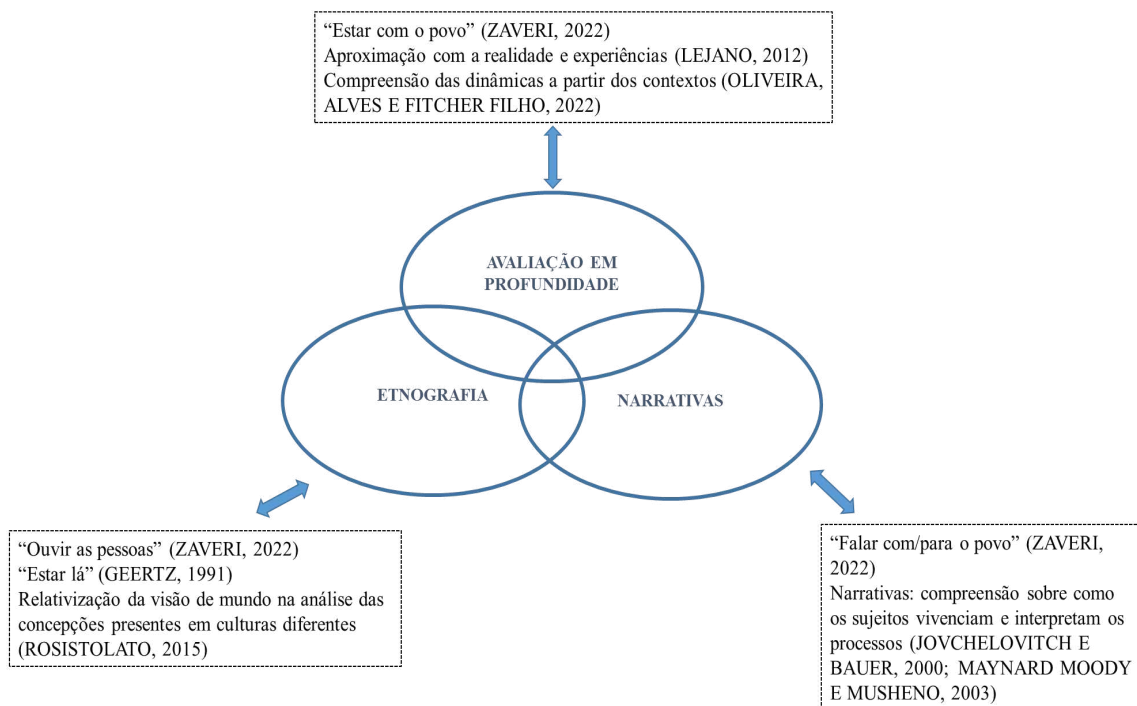
No artigo, seguimos com a tese que coexistem múltiplas dimensões (subjetivas, institucionais e objetivas) que atuam na trajetória da política ou programa (Oliveira, Oliveira e Coelho, 2022). Reforçamos a importância da avaliação da implementação sob uma perspectiva crítica, assumindo que pode garantir avaliações mais fiéis ao “chão” percorrido pela política. Muito mais do que resultados finalísticos, o processo pode oferecer evidências valiosas para uma avaliação situada nos territórios e em seus diversos contextos.

Para Rodrigues (2008) e Lejano (2012), os métodos tradicionais, positivistas, não respondem todas as perguntas avaliativas. Por isso, Lejano (2012) propõe um modelo experiencial interessado em construir lentes teórico-metodológicas que permitissem uma compreensão mais profunda da política e da multiplicidade de atores que estão envolvidos nesse processo.

Lejano (2012) elabora sua proposta de *avaliação em profundidade* e de *caráter experiencial* se apoiando em bases teóricas antropológicas. O autor menciona o trabalho de Geertz e sua abordagem etnográfica e interpretativa das comunidades às quais pesquisava. Nessa perspectiva, é importante que o pesquisador [e o avaliador] busque os sentidos e significados presentes nos dados coletados, que precisam ser interpretados e experienciados. Assim, a partir de entrevistas aprofundadas, *surveys*, observação participante e grupos focais, Lejano (2012) expõe sua opção pela abordagem etnográfica para a compreensão da complexidade das relações em torno das políticas.

A figura 3 demonstra que o foco consiste em considerar a sabedoria local das populações para uma avaliação mais crítica e menos hegemônica. Zaveri (2022) define que condições primordiais para conhecer sujeitos e culturas são: estar com o povo, ouvir o povo e falar com/para o povo. No artigo, entendemos que tais aspectos podem ser úteis para o debate que estabelecemos a partir de uma avaliação crítica da implementação de políticas ou programas.

**Figura 3: Proposta epistemológica e metodológica para uma avaliação crítica da implementação de políticas ou programas**



Fonte: Elaborada pelos autores.

Apresentamos uma contribuição para o campo a partir da perspectiva da avaliação crítica da implementação de políticas ou programas. A proposta epistemológica e metodológica compreende e articula três dimensões: (i) avaliação em profundidade (Lejano, 2012; Rodrigues, 2008); (ii) trabalho de natureza etnográfica (Geertz, 1991; Rosistolato, 2015) e (iii) a postura de oferecer o protagonismo, na análise da implementação, da sabedoria local (Zaveri e Nandi, 2022) e do ato de *estar com o povo*, *ouvir o povo* e *falar com/para o povo* (ZAVERI, 2022).

### **Uma proposta para *estar com o povo*: a perspectiva da avaliação em profundidade a partir da compreensão das trajetórias das políticas**

A premissa proposta por Zaveri (2022) – *estar com o povo* – apresenta uma nova forma de objetividade que não ultrapasse os valores humanos dos



sujeitos que são avaliados. Sob essa perspectiva a autora propõe que o avaliador ou pesquisador deve *honrar* a objetividade presente na sabedoria local, ou seja, desenvolver a habilidade de não presumir conhecer a realidade das pessoas sem estar com elas, desenvolvendo projetos de avaliação sensíveis ao contexto. Assim, estar com o povo requer adotar uma postura de sensibilidade, incorporar a sabedoria local como um princípio central de sua avaliação, reconhecer as relações de poder e hierarquias presentes naquela sociedade e as desigualdades estruturais em suas diversas materialidades.

A proposta de projetos de avaliação sensíveis ao contexto pode ser reunida nas reflexões de Lejano (2012), que tece uma discussão sobre as avaliações hegemônicas no campo e a presença de uma lacuna entre o texto das políticas e o contexto no qual elas são disponibilizadas. Aspectos como mensuração, linearidade e testes de hipótese são, para o autor, o principal ponto de questionamento no campo da avaliação de políticas.

Assim, a noção de experiência é central na proposta de Lejano (2012), engajada com o entendimento da complexidade presente nas relações e fenômenos em torno da política, sendo imprescindível o olhar sobre o processo, o contexto, a dinamicidade e as múltiplas experiências quando trata-se da análise de políticas públicas. Existem, no percurso paradigmático da avaliação, aquelas avaliações que agregam sentidos epistemológicos e metodológicos que vão no sentido da medição, do julgamento. No entanto, quando fazemos um percurso dentro de um trajeto de avaliação nos defrontamos com um envolvimento plural de atores, rompendo o objetivismo e entendendo a realidade como construção social e entre esses atores envolvidos nesse processo avaliativo.

Rodrigues (2008) explica que, na perspectiva de Lejano, o desenho da avaliação se modifica e o objetivo não compreende a verificação linear do cumprimento dos objetivos da política, ou mesmo sua eficiência e resultados. A autora ainda afirma que as hipóteses, provenientes do processo de análise de políticas, segundo a abordagem experiencial de Lejano, devem circular entre o processo empírico e a reflexão do pesquisador e dos atores pesquisados, seguindo critérios de profundidade e complexidade. Somente entendendo como ocorre o processo que envolve a política, na prática, é possível extrapolar a ideia da compreensão formal das instituições nas quais a política está presente.

Ao explicar as características da análise em profundidade, Rodrigues (2008) elenca as noções de conteúdo, contexto, trajetória e espectro territorial como eixos analíticos na avaliação de políticas públicas. Segundo a autora, para que seja realizada uma análise em profundidade, o conteúdo da política deve

ser analisado, identificando e interpretando aspectos de sua formulação, seus objetivos, dinâmica de implementação e avaliação. O contexto diz respeito à compreensão da formulação da política diante dos contextos político e econômico e, ainda, à compreensão da trajetória da política, tanto nas esferas institucionais ou locais, atentando-se para os diferentes contextos de implementação da política, que podem alterar o curso da política e seus processos.

A noção de trajetória da política compreende que, mesmo desenhada, a política percorre um caminho particular, complexo e capaz de dispersar seus objetivos iniciais, o que precisa levar em consideração, por fim, o espectro territorial que a política percorre. Gussi e Oliveira (2016), Oliveira (2021), Oliveira, Alves e Fitcher (2022) e Oliveira e Peixoto (2021) propõem que o avaliador reconstitua e compreenda a trajetória das políticas, que revelam distintas dimensões que, ao fim e ao cabo, são constitutivas das próprias políticas e das lógicas de implementação.

Propor um referencial metodológico para compreender como as culturas, aspectos históricos e sociais se configuram é importante para a realização de análises mais comprometidas e coerentes com as experiências dos sujeitos envolvidos. Paulo Freire (1987) afirma que será a partir da situação presente, existencial, concreta, que reflita o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da situação ou da ação política.

Estar comprometido com a realidade dos sujeitos envolvidos é uma proposta central para a perspectiva crítica na avaliação da implementação de políticas. Não analisar o processo de implementação dessas políticas “a partir de dentro” e as relações que são estabelecidas nesses territórios, na vida das pessoas e nas relações que travam com o Estado impõe um risco: realizar um processo avaliativo que pode colonizar culturas, pessoas e realidades sociais.

A postura crítica diante da dominação presente na criação de padrões, muitas vezes eurocêntricos, reside no conceito de *decolonialidade*, presente na obra de Aníbal Quijano (1997). Ao discutir relações coloniais e de poder sob uma mirada latino-americana, o autor aponta para a condenação de populações como subculturas, a deslegitimação de suas identidades culturais e sociais, apontando o saber eurocêntrico como o padrão cultural hegemônico.

Essa é uma conexão possível com a atuação dos Racionais MC 's, grupo de rap formado em 1988 na periferia das periferias de São Paulo. As músicas denunciam a destruição da vida de jovens negros e pobres das periferias brasileiras e o resultado do racismo e do preconceito. Ao darem crua visibilidade

aos cotidianos de violência, ao crime, a brutalidade da polícia, ao crime organizado e a ausência e convivência do estado, a exclusão social nesses territórios historicamente apagados é trazida à tona de modo explícito e profundamente engajado. Os Racionais fazem uma etnografia musical dos territórios. E do Estado, na sua ausência.

Essas perspectivas podem ampliar o olhar de pesquisadores que têm debatido sobre a necessidade de analisar políticas e programas a partir da realidade local dos territórios e das populações, conforme Santos (1996;2000). A postura decolonial deve envolver, mais do que a compreensão de que coexistem relações de poder, a ruptura de um padrão hegemônico no exercício de avaliar, dando lugar às vozes e experiências, culturas e especificidades dos sujeitos.

Lejano (2012) sinaliza a necessidade de escutar as especificidades locais e sua historicidade, tratando da importância da dimensão cultural para o processo de análise de políticas. O autor propõe que seja utilizada uma combinação de instrumentos capazes de contemplar o arcabouço de informações inerentes às políticas. Juntamente a registros fotográficos, elaboração de mapas cartográficos e uma escuta mais aprofundada das populações, o autor propõe que o trabalho de natureza etnográfica seja utilizado, através da observação participante e pesquisas intensivas de campo. Rodrigues (2008) afirma que a análise em profundidade envolve um trabalho de campo de inspiração etnográfica. A partir dessa perspectiva, apresentamos, na seção seguinte, o trabalho de natureza etnográfica como um dos instrumentos da presente proposta.

### **A proposta de trabalho de natureza etnográfica para desenvolver a habilidade de *ouvir as pessoas “estando lá”***

Ao desenvolver a dimensão avaliativa comprometida com *ouvir as pessoas*, Zaveri (2022) explica que é preciso um envolvimento experiencial com o território, se estabelecendo como parte daquele grupo ou realidade. A autora também recomenda que seja feito um esforço de realmente ouvir pessoas e suas culturas, compreender quem são as pessoas que compõem aquele território e o que falam – o que têm a dizer. Segundo a autora, o avaliador, comprometido com esse projeto, deve abrir mão de falar e silenciar-se diante das populações. Deve acolher e interessar-se pela diversidade local e suas desigualdades e reconhecer o valor de estar com as pessoas. A habilidade diz

respeito a *não se prender ao que se vê primeiro e cavar mais fundo para descobrir realidades vividas e a sabedoria local*.

A habilidade de se colocar no campo como parte da população e, respeitosamente, acolher, ouvir e interagir com sua realidade, aproxima-se do desenvolvimento de um trabalho de natureza etnográfica. Rosistolato (2015), ao descrever como se deu o trabalho de campo de um grupo de pesquisadores no Rio de Janeiro que analisavam determinado programa educacional, afirma que foi necessária a desconstrução do olhar pedagógico para que fosse possível a construção de um olhar antropológico. O autor contribui com a presente abordagem porque estimula que o olhar antropológico sobre as experiências e culturas seja fruto de um esforço, mesmo que estejam presentes os conflitos próprios do pesquisador.

Em sua obra *A Interpretação das Culturas*, Geertz (1978) propõe que a interpretação da realidade deve ocorrer como se as culturas fossem textos, ou seja, como uma teia de significações tecidas pelo próprio homem. Sobre o autor e essa temática, Lejano afirma:

Em uma situação tão epistemológica, podemos começar a questionar o significado de nossas mais queridas instituições, ideais e programas. É por esta razão que descrevemos isto como o tratamento da política como texto. Quando o significado está em questão, a realidade é como um texto que está sujeito à análise e interpretação. Se ninguém puder legalmente declarar-se o autor, ou se a exata noção de autoria é questionada, então a política estará sujeita a uma série possivelmente interminável de interpretações. [...] Política, assim como poesia, deve ser lida, interpretada, reinterpretada, mas sem que se determine, de forma alguma, seu significado exato (LEJANO, 2012, p. 114).

Gussi e Oliveira (2016) afirmam que a avaliação sob a perspectiva antropológica exige um esforço para a compreensão e construção das trajetórias das políticas. Aqui, definimos o trabalho de campo como uma catarse, a partir da qual emergem, aos olhos do pesquisador ou avaliador, culturas, experiências, valores, interações nos guichês e sabedoria local para que, a partir daí, seja possível reconstituir a trajetória da política.

## **O uso de narrativas para *falar com o povo e para o povo*: em busca da descolonização do saber na avaliação da implementação de políticas**

Nas perspectivas apresentadas para a avaliação de políticas, há um paradigma entre avaliações mais objetivas e a subjetividade do avaliador e dos atores, pensando a avaliação como relação mais dialógica e mais participativa. Gussi, Thé e Pereira (2019) afirmam que os resultados das políticas, programas e projetos estão circunscritos aos aspectos culturais dos territórios, atores e instituições que se relacionam com a política. Assim, os autores propõem o uso de narrativas e imersão no campo para a construção das trajetórias das políticas e a interpretação dos sujeitos diante de seu contexto social e histórico.

Maynard-Moody e Musheno (2003) tecem uma explicação sobre a importância da utilização das entrevistas narrativas. Os autores atribuem, à entrevista narrativa, a possibilidade de compreensão não somente dos acontecimentos, mas, também, valores, crenças e interpretações que o sujeito faz da realidade. Maynard-Moody e Musheno (2003), ao pesquisarem como práticas e comportamentos de burocratas de rua geraram diferentes resultados no processo de implementação de políticas, trazendo a possibilidade de inclusão, exclusão e estigmas, propõem alguns procedimentos para que seja possível a apreciação das narrativas dos sujeitos.

Jovchelovitch e Bauer (2002) apresentam a entrevista narrativa para fins de investigação, classificando-a como método de pesquisa qualitativa, materializando-se como uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade e com características específicas, como, por exemplo, um processo semiautônomo, baseado no contar e escutar história com influência mínima do pesquisador. Tal abordagem é concebida a partir de uma crítica ao esquema pergunta-resposta que pode ser observado nas entrevistas utilizadas usualmente nas pesquisas qualitativas, nas quais o pesquisador ordena tema, tópicos e perguntas, elaboradas a partir de sua linguagem científica.

Zaveri (2022), ao apresentar sua proposta que envolve falar com/para o povo, afirma que é necessário compreender contextos e microculturas, exigindo do avaliador empatia e compaixão, juntamente com a capacidade de refletir e avaliar sua prática constantemente. A intenção da autora é defender que o avaliador deve desenvolver sua prática distante de aspectos hegemônicos como a crença na neutralidade, e desprovimento de cultura e contexto. Da mesma forma, para ouvir as populações, é preciso ter consciência das desigualdades e assimetrias de conhecimento, assim como das relações de poder existentes naquelas sociedades. O acolhimento e a construção da confiança são aspectos

levantados por Zaveri (2022) para a compreensão da sabedoria local, principalmente diante de populações em vulnerabilidade econômica e social.

Conceição Evaristo (2016), escritora negra mineira, utiliza as narrativas com o propósito de “dar voz” às periferias, aos excluídos, negligenciados e invisibilizados por grupos mais favorecidos. A autora conclama a observação de mazelas sociais e situações de violência presentes na sociedade brasileira, sejam elas advindas do racismo ou preconceitos de gênero ou classe.

O conto *A gente combinamos de não morrer*, de Evaristo (2016), é uma complexa narrativa que conta histórias de pessoas em vulnerabilidade e violência, exclusão social, discriminação social, de gênero e de classe. Ao narrar fatos de sua escrivências (seus escritos também narram fatos das experiências da autora à medida em que narram vivências de seus personagens), Evaristo dá voz a mulheres pretas e denuncia como a colonialidade ainda está presente na sociedade brasileira. “Combinar de não morrer” diz respeito a uma estratégia de resistência diante das desigualdades e injustiças nas relações de poder historicamente reproduzidas. A obra contribui para se refletir sobre a postura do pesquisador ou avaliador diante de populações em vulnerabilidade quando sensibiliza o leitor para a compreensão das opressões sociais, mobilizando o ato de avaliar para um “lugar” de imersão na realidade vivida.

Carolina de Jesus, em *Quarto de despejo* (1992), revela seu cotidiano na favela. Por meio de um diário, Carolina, uma catadora de papel que só pôde chegar ao segundo ano do ensino fundamental, denuncia, através de uma íntima narrativa, sua dura realidade como mulher negra, mãe, trabalhadora e cidadã desprovida de direitos. Carolina e Conceição são duas autoras que, ao mesmo tempo, visibilizam o avesso da vida do pobre, trazem à tona às dinâmicas dos territórios periféricos e revelam como as identidades da população negra têm sido forjadas em um país racista e hegemonicamente branco.

Ancorados nessas referências, defendemos que as populações sejam escutadas e que essa escuta oriente a compreensão das trajetórias das políticas. Entendemos que, por meio das narrativas e da observação, essas escutas mostram as experiências que as pessoas têm das políticas e da relação com o Estado. Ao questionar a atuação política por meio do trabalho docente, Paulo Freire (1987) oferece subsídios para nossa preocupação com o cuidado de falar com o povo, garantindo que sua participação seja validada e se transforme em matéria essencial para as avaliações de políticas. Freire afirma que processos falham porque seus realizadores “não levaram em conta, num



mínimo instante, homens em *situação* a quem se dirigia seu programa, a não ser como puras incidências de sua ação”.

Diante dessa perspectiva, Oliveira, Alves e Fitcher Filho (2022) apresentam um modelo de análise de contextos para que seja possível a compreensão das trajetórias de implementação. Os autores propõem cinco contextos, que, entrelaçados, proporcionam a compreensão de que os atores são mobilizados no processo de implementação, assim como seus saberes, práticas e tomadas de decisão. O contexto das conjunturas, contexto dos conteúdos da política, contextos institucionais, contexto das experiências e contexto dos territórios contribuem para que as análises considerem experiências de forma mais densa.

A atuação de Nísia Floresta (1989) pode inspirar os estudiosos da avaliação da implementação. A escritora, educadora e precursora do feminismo no Brasil desenvolveu um trabalho importante para contribuir com a emancipação feminina e desvelar as opressões e indiferenças sofridas pelas mulheres silenciadas do século XIX. Assim como as mulheres ficavam restritas ao espaço privado e não podiam desenvolver suas habilidades e expor sua opinião, corre-se o risco de silenciar populações que podem se tornar restritas ao seu lugar de subordinadas em um processo de avaliação das políticas opressoras.

Assim como as mulheres, todas as maiorias minorizadas devem ser ouvidas no ato de avaliar. Quem avalia deve analisar como a implementação das políticas se dá, seus contextos, atores e culturas inerentes aos dois lados dos guichês. Deve escutar as vozes tão capazes de revelar as trajetórias das políticas, suas experiências e, até mesmo, estigmas que silenciam a sabedoria local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo apresenta uma perspectiva analítica e interpretativa das experiências dos sujeitos que se encontram nos guichês da implementação de políticas. Os guichês revelam efeitos positivos e perversos do processo de implementação. Podem, portanto, se tornar dispositivos discriminantes nas interações e podem gerar e agravar estigmas decorrentes da implementação.

Quando analisa a distância existente entre as classes populares e as instituições, Dubois (2020) ancora-se na premissa de que essas pessoas têm uma forma particular de se relacionar com as instituições públicas. Em função

do baixo nível de capital cultural para acionar dispositivos estadocêntricos, têm reduzidas habilidades com a burocracia e o *ethos* estatal. Da mesma forma, torna-se pertinente recordar e comparar a analogia do guichê com a discussão de Fals Borda e Mora-Osejo (2007) e a constituição de um discurso pedagógico crítico das heranças do colonialismo nos territórios periféricos do Sul global, particularmente na América Latina.

Apontando para a mesma perspectiva, os esforços de Paulo Freire (1987) em torno de uma pedagogia para a classe oprimida e os conceitos de emancipação e pensamento crítico podem ser utilizados na construção de paradigmas críticos para o campo da avaliação de políticas. Tais referenciais críticos podem contribuir para que as avaliações sejam mais libertárias e menos opressoras, voltadas para a garantia da autonomia dos sujeitos que interagem cotidianamente com os guichês das políticas, tanto em relação à consciência de sua trajetória quanto em relação à consciência de si, das pessoas e do mundo à sua volta.

Ao propor lentes epistemológicas e metodológicas críticas, o artigo traz insumos para que as classes populares – as maiorias minorizadas – também ocupem o campo da avaliação como pessoas que sabem e têm o que dizer sobre as políticas porque as experienciam nos territórios, cotidianamente. Elas devem, portanto, avaliar. As três dimensões articuladas voltadas para a avaliação crítica da implementação – avaliação em profundidade, trabalho etnográfico e narrativas – servem, portanto, para compreender, interpretar e analisar o processo de interação dos sujeitos de camadas populares com os guichês de forma mais aprofundada e transversal.

O artigo também pretende incidir no campo da avaliação de modo que o fazer avaliativo seja mais crítico, posicionado e reflexivo. Assim, ao defender que as experiências, as trajetórias, culturas, saberes e territórios das pessoas que interagem com o Estado por meio das políticas sejam o ponto de partida, invertemos o paradigma avaliativo. Essa é, portanto, uma mirada contra hegemônica.

Ao dar centralidade a essas maiorias e a todo o sistema de opressões que vivenciam, que agravam ainda mais as desigualdades e reproduzem estigmas materiais e simbólicos, os referenciais discutidos no artigo servem para dar visibilidade ao processo de análise da trajetória da implementação de políticas a partir das interações com o Estado. Ao inverter o paradigma, muda-se a compreensão sobre o Estado, visto, também, como um ator que, por meio de seus guichês, produz estratégias e práticas discriminantes que

silenciam culturas e identidades, não por serem exóticas, mas pelo fato de serem óbvias [e incômodas], como canta Caetano Veloso.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In.: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. B. B. de. **Tendências e perspectivas na avaliação de programas sociais**. São Paulo: IEE/ PUC-SP, 2001.

BOULLOSA, R. F.; OLIVEIRA, B. R.; ARAÚJO, E. T.; GUSSI, A. F. Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Avaliação*, vol. 10 (1): 1-16, 2021.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 5. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHILISA, B. **Indigenous research methodologies**. University of Botswana, 2012.

COHN, A. **Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais**. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012.

COLLINS, P.H.; BILGE, S. **Intersectionality**. Cambridge; Malden: Polity Press. 2016.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In.: **Sociedade e Estado**, v. 31 (1): 99-127, 2016.

CRAM, F. Avaliação, relevância e dinâmica de poder. In. **A relevância da avaliação para o investimento social privado**. São Paulo: Fundação Santillana, 2012.

DUBOIS, V. **Ordem Institucional, ordem interaccional e ordem social**: administrando o bem-estar, disciplinando os pobres. CCS- II Série. (27), 2012.

DUBOIS, V. **El burócrata y el pobre**: Relación administrativa y tratamiento de la miseria. Valencia: Institució Alfons el Magnànim, 2018.

DUBOIS, V. **Lower Classes and Public Institutions**: a research program. University of Strasbourg (France), SAGE UMR 7363, 2020.

DUBOIS, V. **Sujetos en la burocracia relación administrativa y tratamiento de la pobreza**. Ediciones Universidad Alberto Hurtado. Santiago de Chile, 2020.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FALS BORDA, O.; MORA-OSEJO, L. E. (2007). La superación del eurocentrismo: Enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro contexto tropical. **Aquelarre - Revista del Centro Cultural Universitario**, 6(11), 115-124.



**Interterritórios** | Revista de Educação  
Universidade Federal de Pernambuco,  
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e258992 [2023]  
**Dossiê Pesquisas decoloniais: sujeitos  
“outros”, práxis “outras”**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.258992>

FERNANDES, N. R.; OLIVEIRA, B. R. Eu não tenho cara de estudante de medicina: Trajetória de um estudante e os guichês discriminantes na universidade pública. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, 17 (2): 1279 – 1300, 2022.

FLORESTA, N. **Direito das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, C. (1998). O dilema do antropólogo entre "estar lá" e "estar aqui". **Cadernos De Campo**. São Paulo, 7(7), 1991.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., 1982.

GOMIDE, A.; SILVA, M. M. S. LEOPOLDI, M. A. **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA ; INCT/PPED, 2023.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1988.

GUSSI, A. F. Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **AVAL – Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, (1): 29-37, 2008.

GUSSI, A. F. OLIVEIRA, B. R. de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Revista Desenvolvimento em Debate**. v.4 (1): 83-101, 2016.

GUSSI, A. F.; THÉ, R. F. S.; PEREIRA, J. E. O. Experiências metodológicas de avaliação: usos da noção de trajetória em políticas públicas. In.: **Revista sinais**. n. 1 (23): 1-14, 2019.

JANUZZI, P. M. Valores públicos e a avaliação de políticas. In.: **Revista Nexos Políticas Públicas**, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEJANO, R. **Parâmetros para análise de políticas**: fusão de texto e contexto. Campinas: Arte Escrita, 2012.

NASCIMENTO, A. **Axés do sangue e da esperança**, (Oríkìs). Rio de Janeiro: Achiamé; Rio Arte, 1986.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, B. R. Avaliar desde a América Latina e a Contra Hegemonia no Campo da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Aval**. vol. 1 (15): 51-65, 2019.

OLIVEIRA, B. R. de; ALVES, M. M. F. FICHTER FILHO, G. A. Contextos e trajetórias para a análise de Políticas Públicas: Aportes teóricos para o campo da educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v. 17, (3): 2095-2117, 2022.

OLIVEIRA, B. R.; PEIXOTO, M. C. L. Street-level bureaucracy and public policies: analyzing educational policy implementation from the perspective of schools and teachers. In.: **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.37, 2021.

OLIVEIRA, B. R. (2023). “Un aspecto fundamental que hace a esta colonialidad del poder construida a partir de la colonización, es la devaluación absoluta de la humanidad del dominado”. **Una entrevista con la boliviana Martha Lanza**. Revista Brasileira de Avaliação, 2023.

OLIVEIRA, B. R. Una aproximación a los conceptos de campo y trayectoria a partir del ciclo de las políticas públicas y sus resonancias para el oficio de evaluar en América Latina y el Caribe. In: NEIROTTI, Nerio. (Org.). **Evaluación y Toma de decisiones Diálogos entre políticos y académicos para fortalecer la democracia**. 1ed. Buenos Aires: Ediciones de la UNLa, v. 1, 2020.

PIRES, R. Sociologia do guichê e implementação de políticas públicas. **BIB**, São Paulo (81) 5-24, 2017.

PRZEWORSKI, A. **Crises da Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9 (9): 137-148, 1997.

*Avaliação da implementação de políticas públicas: epistemologias e perspectivas críticas para visibilizar as experiências cotidianas com as políticas e seus efeitos*

RODRIGUES, L.C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Aval**, vol.1 (1): 07-15, 2008.

ROSISTOLATO, R. PRADO, A. P. Etnografia em pesquisas educacionais: o treinamento do olhar. **Linhas Críticas**. v.21 (44): 57-75, 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

TORRES JR. P.; GUSSI, A. F.; SILVA, P. J. B. da. NOGUEIRA, T. A. Avaliar em Profundidade: Dimensões Epistemológicas, Metodológicas e Experiências Práticas de uma Nova Perspectiva de Avaliação de Políticas Públicas. In.: **Revista brasileira de políticas públicas e internacionais**. v.5 (2), 2020.

UM ÍNDIO. Intérprete e compositor: Caetano Veloso. In.: **Álbum Bicho**. Gravadora: Polygram/Philips: 1977. (2:57).

ZAVERI, S. Why Local Wisdom matters in a decolonized world. In.: **LOCAL WISDOM MATTERS Reflections on Evaluation Theory and Practice from South Asia**. Gender and Equity Network of South Asia a special interest group of Community of Evaluators South Asia. New Delhi: GENSA, 2022.

Submissão em 22 de junho de 2023.  
Aceite em 24 de julho de 2023.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>